



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638334 - PE (2021/0000659-1)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : MARIA ANDREA DE MACHADO E BUSTAMANTE VIEIRA E OUTRO
ADVOGADOS : VALDOMIRO VIEIRA - MG067511
MARIA ANDRÉA DE MACHADO E BUSTAMANTE VIEIRA - MG071557
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : LUCIANO HENRIQUE PEREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCIANO HENRIQUE PEREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (Processo n. 000390-04.2019.8.17.0600).

O paciente encontra-se preso, desde o dia 22/12/2020, por força de prisão temporária decretada nos Autos n. 0000390-04.2019.8.17.0600, pelo Juízo da Comarca de Ferreiros (PE), pelo cometimento, em tese, dos crimes de tráfico de armas, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro.

Sustenta que "a motivação da sua prisão temporária é por ser sócio em uma empresa com MOISÉS ALBERTINO DA SILVA", que teria sido alvo de operação e que "foi preso em decorrência do referido mandado, bem como em flagrante por estar, em tese, na posse de munições de arma de fogo".

Esclarece que o paciente, no entanto, nunca exerceu nenhum ato de gerência na empresa Lumar Comércio de Hort Frut e Transporte Ltda., objeto de investigação no Estado de Pernambuco, e que, quando do cumprimento dos mandados de busca em sua casa e local de trabalho, nada foi encontrado.

Afirma que "MOISÉS ALBERTINO DA SILVA impetrou *HABEAS CORPUS* junto ao Plantão do E. Tribunal de Justiça de Pernambuco e, pelo então Desembargador Plantonista, Dr. Fausto Campos, fora-lhe concedida LIMINAR, com substituição da prisão temporária pelas medidas cautelares previstas nos incisos I, II, III, IV e V do artigo 319 do Código de Processo Penal tendo sido expedido alvará de soltura em seu favor" (fl. 5).

O paciente, por sua vez, requereu ao Tribunal de Justiça de Pernambuco a imediata extensão em relação a ele, tendo sido, no entanto, "sua pretensão negada pelo então Desembargador Plantonista Antônio Carlos Alves da Silva que analisou a pretensão como impetração de novo Habeas Corpus e não dos efeitos da extensão, limitando seus lacônicos fundamentos na decisão que decretou a custódia cautelar" (fl. 7).

Requer, liminarmente e no mérito, a extensão dos efeitos do *habeas corpus* que concedeu a liminar a Moisés Albertino da Silva (corrêu), substituindo a prisão temporária pelas medidas cautelares.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente